

RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.363 - SP (2015/0022751-4)

RECORRENTE : COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU

PROCURADORE : ANA PAULA PEREIRA RACHED AFONSO E OUTRO(S) -
S SP210695

PATRÍCIA LEMOS MACHARETH - SP165497

RECORRIDO : MUNICÍPIO DE AGUDOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado, *in verbis*:

Agravo de instrumento. Execução fiscal. Imposto territorial urbano. Exercícios de 2003, 2004 e 2006. Rejeição de objeção de não executividade. Decisório a negar provimento ao reclamo. Interposição de recurso especial. Sobrestamento deste nos termos do artigo 1.030, II, do § 2º, Código de Processo Civil. Imposto territorial urbano. Exercício de 2003. Prescrição. Não configuração. Exigibilidade do tributo após o vencimento. Aplicação do princípio da "actio nata". Ajuizamento tempestivo da demanda. Interrupção do curso do prazo prescricional com o despacho determinador da citação, que retroage à data da propositura da ação. Inteligência do artigo 174, parágrafo único, I, do Código Tributário Nacional combinado com o artigo 240, § 1º, do Código de Processo Civil. Mantido o julgamento do recurso.

No presente recurso especial, o recorrente aponta como violado o art. 174 do Código Tributário Nacional, sustentando, em síntese, é devida a decretação da prescrição do débito de IPTU relativo ao exercício de 2003, tendo em vista o transcurso de prazo superior a cinco anos desde a data da constituição do mencionado crédito tributário.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

É irrefutável que o Tribunal de origem, ao analisar o conteúdo fático e probatório dos autos, consignou expressamente que "Não se há, pois, de atribuir ao exequente a demora na tramitação do processo.", assentando, em seguida, que é "perfeitamente aplicável a Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça (...)", concluindo, por fim, que "Não era mesmo caso de proclamar prescrição do crédito do exercício de 2003.".

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, para rever tal posição, relativa à suposta ocorrência de prescrição do crédito tributário referente ao exercício de 2003, e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator